



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – Dconama  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar, sala 842 – CEP: 70.068-901  
Tel. (61) 2028.2207/2102 - [conama@mma.gov.br](mailto:conama@mma.gov.br)

**Sumário Executivo da 122ª Reunião Ordinária do CONAMA**  
**Data: 13 de julho de 2016**  
**Horário: 9h às 18h**  
**Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte –  
Trecho 2, Brasília/DF**

## **Quórum da reunião – 84 Conselheiros**

### **1. Abertura da reunião pelo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente**

Após fazer as saudações ao plenário, o Ministro ressaltou a importância do CONAMA como fórum estratégico para a implementação da Política e do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Mencionou a reconhecida qualificação técnica dos conselheiros, o que legitima suas deliberações.

Informou sobre a mudança de data da presente reunião ordinária, que ocorreu devido às mudanças na representação do Governo Federal.

Falou de seus propósitos à frente do MMA, em manter e aprofundar os ganhos alcançados e em honrar os compromissos em vigor. Frisou que tem buscado a conciliação com os diferentes setores da sociedade, tarefa precípua do Conselho.

O Ministro falou da existência de diversos projetos de lei tramitando no Congresso Nacional sobre licenciamento ambiental, alguns propondo a extinção de etapas, outros propondo a isenção de atividades, mudanças que, no seu entendimento, comprometem a seriedade desse instrumento fundamental de gestão ambiental. Afirmou ser urgente uma lei geral, na qual está trabalhando, tendo por finalidade desburocratizar e dar maior agilidade ao licenciamento. Para tal, tem ouvido o Ministério Público, a sociedade civil, o setor empresarial, os governos estaduais e municipais, de modo a agregar o maior número de participação.

No tocante aos compromissos do Brasil, referentes às mudanças climáticas, entende ser essa uma agenda estratégica e urgente, para a qual o MMA deverá atuar na busca da implementação das medidas propostas, visando à redução das emissões brasileiras, a fim de atender aos compromissos internacionais assumidos. Adiantou que, na noite anterior, a Câmara dos Deputados havia aprovado a ratificação do Acordo de Paris.

Salientou que os bons resultados obtidos pelo Brasil na implementação da política sobre mudança do clima estão associados ao combate ao desmatamento, especialmente na Amazônia, embora recentemente tenha havido preocupante aumento, agravado pelas queimadas, justificando mobilização na busca por recursos humanos e financeiros para o enfrentamento do problema, sendo fundamental que as atividades de monitoramento sejam incrementadas em todos os biomas.



O Cadastro Ambiental Rural, que também atuará nessa temática, já alcançou mais de 90% da área passível de cadastramento. Haverá ajuste no sistema, tornando sua validação mais ágil.

Com relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, o MMA está atuando junto aos estados e municípios para a implementação das unidades de conservação, com ações de capacitação e disponibilização de instrumentos para elaboração de planos de manejo. Pretende-se aumentar as áreas protegidas com a criação de novas UCs e a ampliação de UCs existentes. O Ministro rememorou uma das atribuições do CONAMA, que é o acompanhamento da implementação do SNUC.

Outro tema, elencado como prioritário para o MMA, é a gestão dos recursos hídricos, assunto transversal que perpassa as agendas setoriais, como agricultura, indústria, cidades. Duas bacias hidrográficas vêm ganhando maior atenção do Ministério, considerando sua crítica situação: rios Doce e São Francisco. Sua primeira ação como Ministro foi visitar o Rio Doce, para sinalizar que a nova gestão não abrirá mão da rigorosa aplicação da legislação ambiental. Segundo ele, a Samarco deverá conter a lama que ainda vaza e viabilizar a proteção das pessoas e a recuperação do meio ambiente. Informou ainda que a empresa está sendo cobrada judicialmente a cumprir as obrigações pendentes. Em decorrência do acidente, foi possível sensibilizar a Câmara dos Deputados para modificar o escopo do projeto de lei sobre mineração, anteriormente voltado apenas à regulamentação da atividade empresarial. O substitutivo, pronto para ser relatado em Plenário, considera também a questão socioambiental.

Lembrou que estava previsto um seminário sobre o acidente de Mariana para ocorrer na presente Plenária, sendo que, em razão das mudanças ocorridas no Governo Federal, outra data será proposta.

Sobre a bacia hidrográfica do rio São Francisco, duas frentes de ação estão em curso: a Agência Nacional de Águas - ANA tem atuado no combate à seca, pelo aprimoramento da gestão das águas. Junto a outros Ministérios está sendo traçada a estratégia de revitalização, com recuperação de nascentes e áreas degradadas e a recomposição florestal.

Por fim, apresentou os Secretários e os titulares dos órgãos vinculados ao Ministério, presentes à reunião: **Marcelo Cruz** (SECEX), **Edson Duarte** (SAIC), **Ricardo Soavinsk** (SRHU), **Everton Lucero** (SMCQ), **José Pedro de Oliveira Costa** (SBF), **Juliana Simões** (SEDR), **Suely Araújo** (IBAMA), **Rômulo Mello** (ICMBio) e **Raimundo Deusdará** (SFB).

## 2. Apresentação de novos Conselheiros

Leitura dos nomes pela **Diretora do DCONAMA, Ana Lucia Dolabella**.

## 3. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da 121ª Reunião Ordinária, de 16 de março de 2016

Transcrição aprovada.

## 4. Tribuna Livre (15 minutos)

**Fidélis Paixão (ARGONAUTAS):** Saúda a volta do Ministro, dizendo ser auspiciosa a abertura para discussão com diversos setores da sociedade. Mencionou a saída das ONGs dos debates de licenciamento ambiental. Espera o apoio do Ministério para o próximo Encontro Nacional das Entidades Ambientalistas-ENEA, acrescentando a necessidade de fortalecimento do SISNAMA e dos órgãos colegiados.

**Lisiane Becker (MIRA-SERRA):** Pede a implementação imediata do Fundo de restauração do bioma Mata Atlântica. Embora o Fundo tenha sido instituído em 2006, ainda não haveria como acessá-lo.



**Carlos Bocuhy (SODEMAP):** parabeniza a nova gestão e espera que o MMA retome o protagonismo frente às grandes questões ambientais. Quanto ao licenciamento ambiental entende que o instrumento é o mais importante disponível, pois seria aquele por meio do qual ocorre a interação com a sociedade. Diz ser preciso que o licenciamento volte o olhar para as regiões metropolitanas, conferindo igualdade de tratamento às agendas azul, verde e marrom. Chama atenção para a qualidade do ar, uma vez que os padrões estabelecidos na Resolução CONAMA 03/1990 já estariam defasados, havendo necessidade de realização de seminário técnico sobre o assunto.

**Marcus Polignano (GUAYCUY):** Reforça o que foi falado a respeito do licenciamento ambiental. Ressalta a necessidade de integração do licenciamento com a gestão de recursos hídricos. Quanto ao acidente de Mariana, demonstra preocupação com a entrega à Samarco das ações de controle de suas atividades e menciona que a sociedade civil e o Ministério Público propuseram projeto de lei, para o estado de MG, que altera o licenciamento de barragens.

**Francisco Soares (FURPA):** Propôs que seja criada uma comissão ou GT para proceder à mudança do Regimento Interno do Conama, no que concerne à composição, para inclusão de entes como a OAB, o Movimento dos Atingidos por Barragens, os Comitês de Bacias Hidrográficas, o Fórum de Defesa da Amazônia, o Fórum das Redes Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, além da Comissão da Meio Ambiente do Senado. Por fim, destaca preocupação quanto à ameaça às terras indígenas Caiapó.

**Rogério Menezes (ANAMMA):** Felicita a nova gestão do MMA e agradece a reunião com os secretários municipais, que se pretende, seja periódica. Menciona uma agenda de fortalecimento dos órgãos municipais de meio ambiente, o que inclui financiamento, capacitação à distância e articulação federativa, pós Lei Complementar n.º 140/2011, reavivando as comissões tripartites. Apresenta a revista da ANAMMA que trata de questões ambientais e pede à Mesa para que Camila Curado fale sobre o Programa Cities, que elabora relatórios sobre a mudança do clima no País, cujas indicações encontram-se no site [www.cdp.net](http://www.cdp.net).

**João Baptista Monsã (ADEMASP):** Diz de sua satisfação com a fala do Ministro quanto às ações tomadas para conter o acidente da Samarco e promover a recuperação socioambiental da região. Pede que o seminário no Conama ocorra o mais rápido possível.

**Tadêu Santos (SÓCIOS DA NATUREZA):** Espera que no 2º semestre deste ano aconteça o ENEA, para ampliar o diálogo entre as entidades ambientalistas e o governo. Quanto à mudança do clima, relembrou que no sul de Santa Catarina está a maior usina termelétrica da América Latina, com queima de combustíveis fósseis e que, apesar do Brasil ter sido bem sucedido na COP, há omissão quanto ao combate à queima de combustíveis fósseis, situação que está na contramão das tendências ambientais. Acentua com entusiasmo os avanços na reciclagem dos resíduos sólidos, lembrando ser fundamental a aplicação da lei quanto à logística reversa, mesmo levando-se em consideração a importância da educação ambiental, válida para a mudança de hábitos.

**Roberto Laureano (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES):** Disse esperar que a nova gestão possa prosseguir com a implementação da política nacional de resíduos sólidos. Pede o fim da incineração de material reciclável, por ser prejudicial ambiental e financeiramente. Acentua a necessidade de organizar a logística reversa e os acordos setoriais, para que possam ser fiscalizados pelo poder público, para que os catadores participem efetivamente do processo. Por fim pede a desburocratização da participação dos catadores, na medida em que, embora não tenham as características de uma indústria, participam ativamente da limpeza urbana.

**André Lima (GOV. DF):** Afirma sua confiança no novo time do MMA, IBAMA, SFB e ICMBio. Destaca a necessidade de aprofundamento na discussão do licenciamento ambiental. Destaca sua expectativa de que o CAR poderá vir a ser o maior programa ambiental, e que, para isso, será necessário garantir sua qualidade e utilidade para o qual foi criado, sendo necessário o acompanhamento por grupo formado pela sociedade civil, governos e empresas. Menciona o desafio do resgate, pela ABEMA, do fórum de secretários do cerrado, com uma estratégia nacional de proteção, conservação e uso sustentável desse bioma. Como exemplo cita o Fundo Amazônia e destaca a importância de uma aliança entre os estados do bioma cerrado e o Governo Federal.

**Eugênio Spengler (GOV. BA):** Apresenta preocupações quanto à implementação do Acordo de Paris, na medida em que a restauração florestal está a cargo dos estados e municípios, sendo necessário também o envolvimento dos demais setores. Menciona que 70% da BA é semiárido, predominantemente caatinga, sendo necessário estruturar uma agenda, na medida em que tal bioma seria estratégico para o Nordeste e para o Brasil, social e ambientalmente. Defende a retomada urgente da revitalização das bacias hidrográficas, com envolvimento de municípios, sociedade civil organizada e estados. Reafirma a necessidade de uma agenda estruturante para o período posterior à implementação do CAR, sugerindo a criação de um grupo de acompanhamento. Menciona a necessidade de fortalecimento do SISNAMA e sugere que o imposto sobre combustíveis tenha percentual destinado ao meio ambiente e ao Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente – SINIMA. Considera necessário retomar as discussões para continuar a regulamentação da LC 140/2011, em razão dos conceitos abertos relativos às competências dos Estados e dos Municípios. Sobre o licenciamento ambiental, informa que recebeu a primeira versão da proposta em elaboração pelo MMA, tendo discutido o texto com os demais membros da ABEMA. Na visão dos secretários estaduais os avanços contidos na proposta de resolução em discussão no Conama precisam ser incorporados à proposta de lei geral do licenciamento.

Após as falas da tribuna, o **Ministro** ressaltou a importância dos Secretários do MMA na reunião, tendo em vista as demandas em relação ao Ministério. No que se refere à proposta de lei geral do licenciamento, afirmou que reuniões serão realizadas com o IBAMA e os governos estaduais e municipais, ouvindo também a sociedade civil ambientalista. Relembrou a urgência do assunto, em função dos projetos em tramitação no Congresso Nacional.

## **5. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA**

### **5.1. Informe sobre o Grupo Assessor.**

**Marcelo Cruz (Secretário-Executivo):** passa a palavra à Consultora Jurídica do MMA.

**Gerlena Siqueira (CONJUR/MMA):** informa que o Grupo Assessor avaliará o impacto da legislação superveniente sobre as resoluções CONAMA, e que, em breve, convocará os membros da CTAJ para a primeira reunião do GA, a fim de definir escopo, cronograma e metodologia de trabalho.

## **6. Informes**

### **6.1. Relatório de Gestão de Florestas Públicas e Balanço da Implementação do Cadastro Ambiental Rural - CAR.**

**Raimundo Deusdará, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB),** abordou dois temas em sua apresentação: [Relatório de Gestão de Florestas Públicas](#), e [balanço do CAR](#), incluindo uma análise do que será o período posterior ao cadastramento.

**Florestas Públicas.** Compõe o Relatório de 2015 de Gestão de Florestas Públicas informações sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e o Plano Anual de Outorga Florestal.

No Cadastro Nacional de Florestas Públicas constam cerca de 310 milhões de ha cadastrados, o que representa 37% do território nacional e 63% da cobertura vegetal. O Plano Nacional de Outorga Florestal esteve disponível em abril de 2015 para consulta pública, cujos resultados estão acessíveis na página da internet do SFB (<http://www.florestal.gov.br>), tendo considerado elegíveis, para fins de concessão florestal, 1,57 milhões de ha de florestas públicas federais.

Raimundo Deusdará assinala que os recursos arrecadados com a concessão das florestas públicas eram inicialmente distribuídos para o ICMBio, os Estados envolvidos e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF. Recentemente, os municípios foram incluídos, a fim de receber recursos destinados à estruturação de conselhos de meio ambiente e à implementação da política municipal de meio ambiente.

**CAR.** Mais de 157 mil imóveis rurais em todo o território nacional já estão inseridos no Sistema do Cadastro Ambiental Rural – **SiCAR**. Isso corresponde a cerca de 95% de área cadastrada em relação à área total passível de cadastramento. O SiCAR conta com vários módulos já em operação: inscrição do imóvel; análise dos dados; monitoramento; emissão de relatórios; gestão de acesso. Mais recentemente vem sendo desenvolvido o módulo referente à cota de reserva legal.

O SiCAR permite reconhecer, por exemplo, desmatamentos ocorridos após 2008, a partir da comparação de imagens, conseguindo identificar também sobreposições de imóveis, medindo a área sobreposta e a cobertura do solo. Cerca de 51% dos usuários do SiCAR alegam problemas quanto à regularidade ambiental de suas propriedades. A fim de facilitar o monitoramento das áreas cadastradas, o Sistema emite informações em formato *pdf*, *excel* ou *shape*.

## **6.2. A Política Nacional sobre Mudança do Clima e os Compromissos do Brasil à Luz do Acordo de Paris.**

**Everton Lucero, Secretário de Mudanças Climáticas do MMA**, iniciou sua fala, referindo-se ao período posterior à COP 21, com as atividades de implementação do Acordo de Paris, cuja entrada em vigor ocorrerá em 2020, sucedendo ao Protocolo de Kyoto.

Segundo ele, a mudança climática, mais que ambiental, é essencialmente econômica e, assim, transversal aos demais setores. O Brasil tem a possibilidade de continuar à frente do processo de negociação, testando tecnologias, em especial aquelas que reduzam a dependência de uso de combustíveis fósseis. Disse ser essencial um estreitamento do diálogo, com a aproximação dos estados e dos municípios, além do engajamento com a sociedade civil e o setor empresarial.

No Acordo de Paris as metas serão revistas a cada 5 anos, em uma tentativa para que o aumento da temperatura não exceda a 1,5°C. O Acordo de Paris contém aspectos relativos à adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, prevendo fluxos financeiros consistentes, na medida em que o orçamento público não é suficiente para a implementação das medidas previstas.

A Câmara dos Deputados já ratificou o Acordo de Paris, sendo o Brasil um dos primeiros países a fazê-lo. Para sua entrada em vigor são necessários pelo menos 55 países e 55% das emissões globais. Na COP 22 será lançada a regulamentação do Acordo, com tópicos como mercado de carbono e pagamento por resultados com redução das emissões por desmatamento.



### **6.3. Combate ao Aedes Aegypti e a experiência da Sala Nacional de Coordenação e Controle.**

**Neilton Oliveira, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Saúde**, em sua [apresentação](#), procedeu a uma análise histórica das diversas doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, que ficou conhecido como o mosquito transmissor da febre amarela e, mais recentemente, da dengue, zika e chikungunya.

Referiu-se ao caráter permanente do enfrentamento ao mosquito, que se propaga em razão das atuais condições climáticas, agravadas pela crescente urbanização e globalização.

Ressaltou que a mobilização social é essencial para o sucesso no combate ao mosquito, o que requer articulação entre os diversos agentes públicos e a sociedade. Nesse sentido, mencionou o caráter exitoso das Salas de Coordenação e Controle, fóruns que promovem a reunião de todos os atores envolvidos no combate ao mosquito.

### **6.4. Relatório sobre os resultados da implementação das Resoluções CONAMA nº 362/05 e nº 450/12, contendo inclusive aqueles relacionados à coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado.**

**Zilda Veloso, Conselheira pelo MMA e Diretora de Ambiente Urbano do Ministério**, apresentou o [Relatório de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado](#), explicando que a Resolução CONAMA n.º 362/2005 trata dos percentuais de recolhimento do óleo lubrificante usado ou contaminado, que deve ser preferencialmente encaminhado ao rerrefino.

O MMA coordena o Grupo Permanente de Monitoramento das obrigações previstas na Resolução, do qual fazem parte o IBAMA, a ANP, o Ministério de Minas e Energia, além de representantes do setor empresarial e da sociedade civil. Mais da metade do óleo lubrificante recolhido em 2015 foi recuperado, com o rerrefino, e o percentual mínimo de coleta, previsto na Resolução, foi superado em todas as regiões do país.

Zilda Veloso ressaltou que a aplicação da Resolução CONAMA tem se mostrado eficiente, com reflexos positivos no fortalecimento do SISNAMA, na medida em que tem ocorrido integração entre as partes envolvidas na cadeia produtiva, havendo necessidade de aprimoramento constante nas atividades de controle e fiscalização.

## **7. Encerramento.**

**\* A transcrição de toda a reunião pode ser acessada no link:**

[http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1751/Transcricao\\_122aRO.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1751/Transcricao_122aRO.pdf)